



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO
TRABALHO DE ITABAIANA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Caldas Brandão, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Juripiranga, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pilar, Salgado de São Félix, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11.06.1992
Data de instalação	27.04.1993
Data da última correição	27 a 29.03.2017
Período de correição	23 a 25.04.2018

Aos 23 dias de abril de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Itabaiana, relativos ao período de 27.03.2017 a 22.04.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 010/2018 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Diretor de Secretaria e servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJE referentes ao período de



1º.03.2017 a 31.03.2018 (13 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	14.04.2014 (Ato TRT GP N.º 146/2014)

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Capacitação	Protocolo TRT N° 3459/2017	22.03.2017 a 24.03.2017	3
Convocação	Protocolo TRT N° 6083/2017	04.04.2017 a 04.04.2017	1
Convocação	Protocolo TRT N° 6083/2017	25.04.2017 a 25.04.2017	1
Convocação	Protocolo TRT N° 7766/2017	30.05.2017 a 30.05.2017	1
Capacitação	Ato TRT SCR N° 060/2017	19.06.2017 a 22.06.2017	4
Convocação	Protocolo TRT N° 9319/2017	27.06.2017 a 27.06.2017	1
Férias	Protocolo TRT N° 16788/16 – P.8436/17	17.07.2017 a 15.08.2017	30
Convocação	Protocolo TRT N° 12433/2017	31.08.2017 a 31.08.2017	1
Convocação	RA N° 90/2017	04.09.2017 a 19.12.2017	107
Capacitação	Ato TRT GP N° 423/2017	26.11.2017 a 29.11.2017	4
Férias	Protocolo TRT N° 11990/2017	05.02.2018 a 06.03.2018	30
Convocação	Protocolo TRT N° 4236/2018	13.03.2018 a 13.03.2018	1
Total			184

Registra-se que o Magistrado Titular, durante grande parte do período correicionado, esteve convocado para substituir os Desembargadores do Egrégio TRT 13.

1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.



1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A Vara do Trabalho de Itabaiana conta, atualmente, com **07** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aguinaldo Rodrigues dos Santos	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	21.11.2006
Francisco de Assis Queiroz	Técnico Judiciário - Diretor de Secretaria	22.04.2014
Giselle Tavares de Pinho Dore Marques	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	20.12.2016
Jane Amaral Albuquerque Guedes	Analista Judiciário - Assistente IV	26.04.1993
José Gilvani Viana Neves	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal	17.11.1998
Manoel Adilson Fernandes Coutinho	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal	15.03.2010
Maricelma Apolinária da Silva	Requisitada - Assistente IV	10.01.2014

Quanto à forma de trabalho, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada adota a divisão de tarefas por faixa processual, nos dois sistemas, observando os seguintes critérios:

Francisco de Assis Queiroz	Processos SUAP e PJe terminações 0, 1 e 2
Jane Amaral Albuquerque Guedes	Processos SUAP e PJe terminações 3, 4, 5 e 6
Aguinaldo Rodrigues dos Santos	PJe terminações 7, 8 e 9
Maricelma Apolinária da Silva	Responde pelas tarefas dos fluxos: imprimir documento, aguardando audiência, aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos, cartas devolvidas e triagem inicial
Giselle Tavares de Pinho Dore Marques	Responde pelas tarefas dos fluxos: minutar sentença, analisar sentença, minutar decisão, analisar decisão, apreciar urgente, minutar despacho, aguardando apreciação por instância superior
Aguinaldo Rodrigues dos Santos	Responsável pela contadoria

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)



De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Itabaiana contabilizava, em 31.03.2018, um acervo processual de **785** processos:

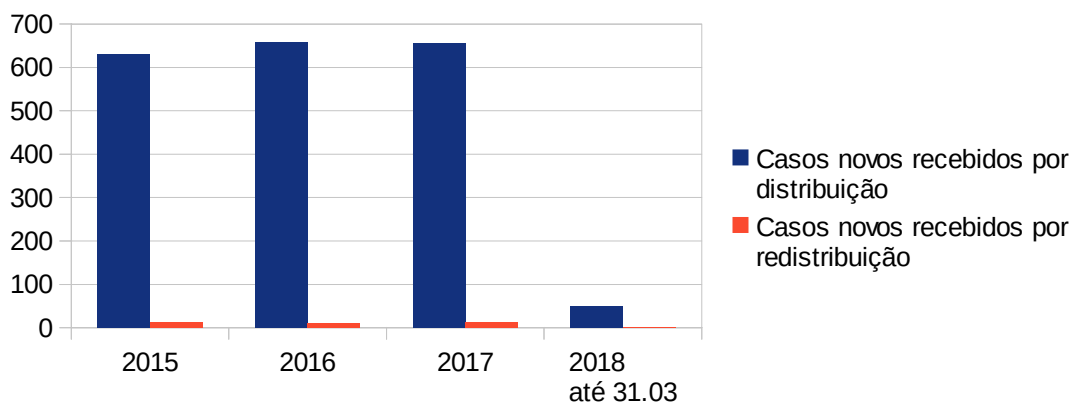
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	296
Fase de liquidação	34
Fase de execução	417
Cartas precatórias e de ordem	38

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.03
Casos novos recebidos por distribuição	631	658	656	50
Casos novos recebidos por redistribuição	12	11	12	2
TOTAL	643	669	668	52

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **217**; em 2016, **205**; em 2017, **244** e até 31.03, **30** processos.



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 31.03
Aguardando a 1ª sessão de audiência	97	27	20	43
Aguardando o encerramento da instrução	38	30	54	36
Aguardando a prolação de sentença	3	3	19	4
Total	138	60	93	83

2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.03	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	296	322	390	296	8,78%	21,11%	- 24,10%
Fase de liquidação	16	16	17	34	-	6,25%	100%
Fase de execução	283	378	422	417	33,56%	11,64%	- 1,18%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências às terças e quartas-feiras.



As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

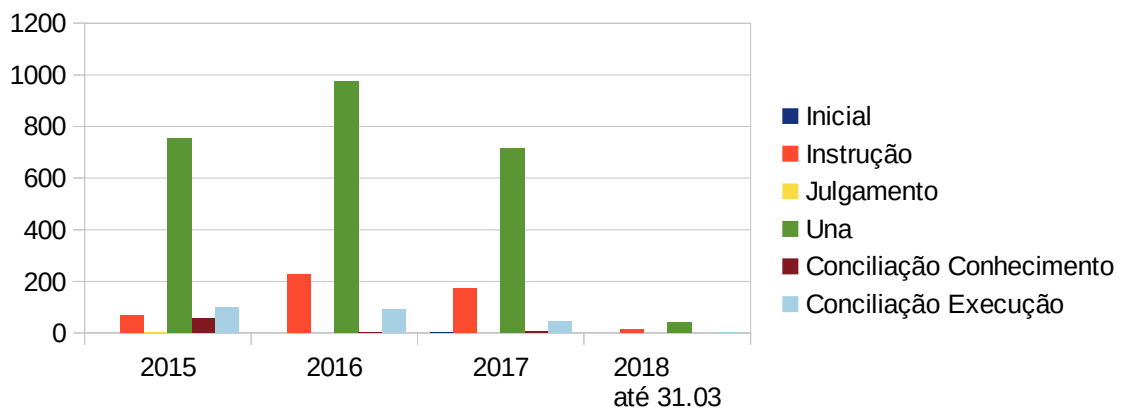
Rito Sumaríssimo	15.05.2018	RTSum 0000092-03.2018.5.13.0020
Rito Ordinário	08.05.2018	RTOrd 0000090-33.2018.5.13.0020
Audiência de Instrução	25.04.2018	ConPag 0000033-15.2018.5.13.0020
Audiência Una	25.04.2018	RTOrd 0000078-19.2018.5.13.0020

3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.03
Inicial	-	-	1	-
Instrução	67	227	172	12
Julgamento	2	-	-	-
Una	753	973	714	42
Conciliação Conhecimento	56	4	5	-
Conciliação Execução	99	92	43	1
TOTAL	977	1.296	935	55

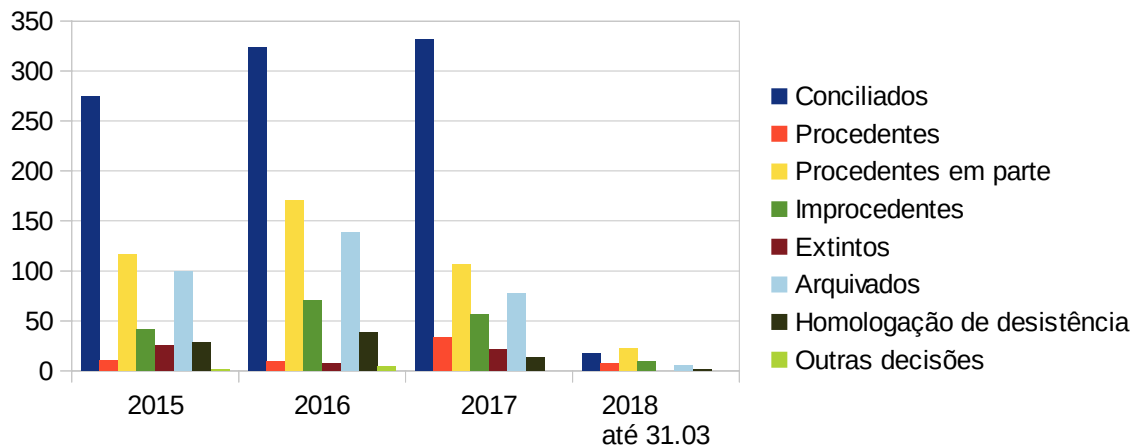


3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.03
------	------	------	------	-------------------

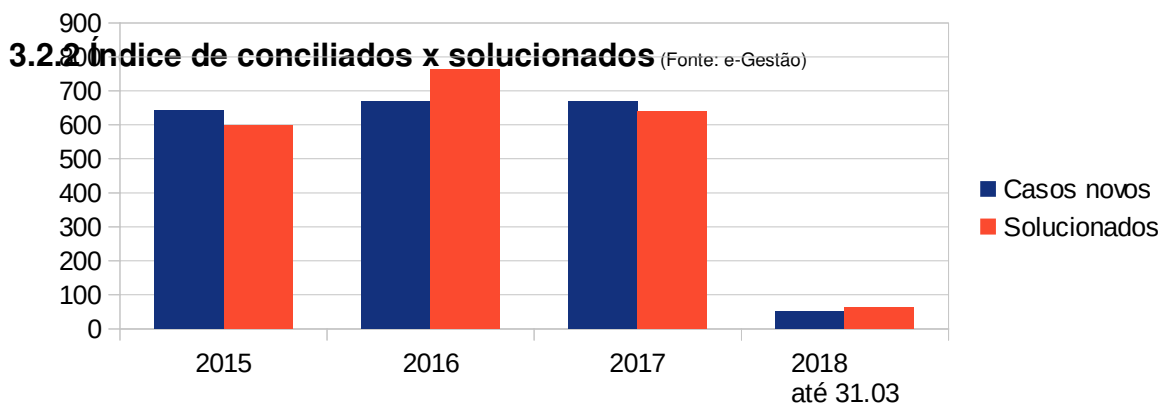


Conciliados	275	324	332	18
Procedentes	10	9	33	7
Procedentes em parte	116	171	107	22
Improcedentes	42	70	56	9
Extintos	26	7	21	-
Arquivados	100	139	77	5
Homologação de desistência	28	38	13	1
Outras decisões	1	4	-	-
TOTAL	598	762	639	62



3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)62

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.03
Casos novos	643	669	668	52
Solucionados	598	762	639	62
Percentual	93,00%	113,90%	95,65%	119,23%





Antônio Magalhães	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

No período correicionado, o Juiz Titular laborou **214** dias, perfazendo uma média de produção de **1,95** processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar uma média de produção.

3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	27	26	1	10	-	-	65
Aércio Pereira de Lima Filho	5	60	-	-	-	-	65
Albérico Viana Bezerra	1	-	-	-	-	-	1
Clóvis Rodrigues Barbosa	18	4	1	-	-	-	23
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	-	-	-	1	-	-	1

3.4 Produtividade do magistrado titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS				
	Inicial		1	
Realizadas	Instrução		127	
	Una		452	
	Total		580	
	Conciliação	Fase de conhecimento		2
		Fase de execução		41
	Total de audiências realizadas		623	



3.5 Índice de congestionamento

3.5.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	605	726	611
Casos novos de conhecimento	643	658	668
Casos pendentes de conhecimento	296	121	167
Taxa de congestionamento	35%	7%	27%

3.5.2 Índice de congestionamento - fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	200	203	198
Casos novos de execução	242	258	186
Casos pendentes de execução	283	249	254
Taxa de congestionamento	62%	60%	61%

3.6 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 31.03
Embargos de declaração	Recebidos	41	67	54	13
	Baixados	47	64	44	21
	Pendentes	1	4	14	6
Antecipação de tutela	Recebidos	60	50	91	1
	Baixados	56	52	98	1
	Pendentes	4	1	-	-
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	1	1	2	1
	Baixados	1	0	2	1
	Pendentes	0	1	1	1
Embargos à execução	Recebidos	12	12	10	4
	Baixados	11	12	10	4
	Pendentes	3	2	2	2
Exceção de pré-executividade	Recebidos	-	2	1	-
	Baixados	-	1	1	-
	Pendentes	-	1	-	-



3.7 Recursos interpostos

PERÍODO: 1º a 31.03.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	11	17	-	-	10
Recurso adesivo	-	-	-	-	1
Agravo de petição	-	-	-	-	1
Total	11	17	-	-	12

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

3.8 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.03
Execuções pendentes	181	224	282	310
Execuções iniciadas	251	261	201	33
Recebidos de outros Órgãos	-	-	-	-
Execuções encerradas	192	203	186	30
Remetidos a outros Órgãos	-	-	-	-
Processos arquivados provisoriamente	33	33	28	15
Total de processos pendentes de execução	224	282	310	317

3.9 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.03
Recebidas	72	88	188	17
Devolvidas	73	83	163	23
Pendentes de devolução	22	27	44	38

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)



Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	22,23	29,05	23,54
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	24,65	25,41	35,21
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	12,07	21,48	8,66
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	16,7	29,14	56,21
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	36,15	48,37	32,6
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	45,02	55,17	88,5
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	12,73	8,90	7,18
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	12,32	13,30	9,66
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	40,54	50,52	33,09
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	50,24	58,96	71,78

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento - TMDP1c (Fonte: Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017: 35** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **69** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **55** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta bem abaixo da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), e inferior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **50** dias para o rito sumaríssimo e de **61** dias



para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **57** dias para os dois ritos.

4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	5,13	12,48	22,88
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	4,88	17,64	34,62

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	552,06	230,76	410,72
Do início ao encerramento da execução – ente público	854,50	529,14	1.277,5

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **453** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e 548 dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **526** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **279** dias para o rito sumaríssimo e **252** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **257** dias para os dois ritos.

5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.03
Acordo	SUAP (legado)	35.400,71	-	-	-
	PJe	1.666.135,50	1.393.755,86	2.299.176,46	264.644,61



Espontâneo	SUAP (legado)	150.473,70	103.184,72	2.439,64	-
	PJe	140.311,06	41.351,74	167.319,60	25.155,23
Execução	SUAP (legado)	117.795,56	37.867,14	212.359,04	28.610,84
	PJe	263.798,10	464.432,21	1.478.468,44	187.070,16
TOTAL		2.373.914,63	2.040.591,67	4.159.763,14	505.480,84

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 31.03
Custas processuais	SUAP (legado)	2.549,31	1.831,37	88,52	1.218,22
	PJe	25.709,62	22.338,86	50.155,20	12.806,70
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	49.264,63	75.393,80	63.021,29	593,97
	PJe	154.436,17	218.443,83	347.112,22	96.161,66
Imposto de renda	SUAP (legado)	-	-	460,81	-
	PJe	-	1.110,39	2.223,53	521,34
Emolumentos	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe	-	-	-	-
TOTAL		231.992,14	319.118,25	463.061,57	111.301,89
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	3.999,28	960,27	680,02	-
	PJe	131.827,26	247.441,46	247.951,27	22.111,79
TOTAL		135.826,54	248.401,73	248.631,29	22.111,79

6 DILIGÊNCIAS - NÚMERO E PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Verificou o Desembargador Corregedor que, no período correicionado, foram realizadas **1.031** diligências - **04** no SUAP e **1.027** no sistema PJe - por **02** oficiais de justiça avaliadores federais lotados na Unidade. Em termos de média simples, tem-se registrada uma média mensal de **79,30** diligências, distribuídas nos **13** meses objeto da correição atual.

O Diretor da Vara correicionada informou que a distribuição das diligências é efetuada de forma automática pelos Sistemas SUAP e PJe-JT, levando em



consideração a localidade onde serão cumpridas, havendo uma divisão norte e sul, com um traço imaginário no mapa da Paraíba, onde cada oficial fica responsável por um Município de grande movimento processual e outro, com pouca demanda, havendo a compensação na distribuição. Informou, por fim, que a produtividade dos oficiais de justiça é alimentada no SUAP.

No período correicionado anterior (1º.03.2016 a 28.02.2017 – 12 meses), foram realizadas **1.106** diligências, o que resultou em uma média de **92,16** diligências por mês.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 008/2013, apresenta-se assim demonstrada, no período correicionado, no SUAP e SAOPJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SUAP				
OFICIAL DE JUSTIÇA	PESO	DILIGÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL (PESO)	PRAZO MÉDIO PARA CUMPRIMENTO (EM DIAS)
Manoel Adilson Fernandes Coutinho	0	4	0	3,33
	Total	4	-	-

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SAOPJE		
OFICIAL DE JUSTIÇA	DILIGÊNCIA	REALIZADAS
José Gilvani Viana Neves	Mandado	108
	Notificação	303
	Ofício	12
	TOTAL	423
Manoel Adilson Fernandes Coutinho	Mandado	192
	Notificação	405
	Ofício	7
	TOTAL	604

7 DE MAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

7.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução



Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	18
	PJe	198
	TOTAL	216
INFOJUD	SUAP	7
	PJe	15
	TOTAL	22
RENAJUD	SUAP	5
	PJe	18
	TOTAL	23
BNDT	Processos com registro de dados	138
	Processos com inclusão de devedor	113
	Processos com exclusão de devedor	84
	Processos com devedores inscritos	331
	TOTAL	666

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

8 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

8.1 Processos analisados

Foram analisados **100** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **10** despachos correicionais no PJe e **06** no SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.



8.2 Gestão do Sistema Processual

8.2.1 Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com pagamentos	57	RTSum 0000729-85.2017.5.13.0020 entrada em 30.11.2017
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	3	RTOrd 0000709-31.2016.5.13.0020 entrada em 25.11.2016
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	6	RTOrd 0130285-14.2015.5.13.0020 entrada 12.04.2018
Processos com petições não apreciadas	8	RTSum 0000011-54.2018.5.13.0020 entrada 18.04.2018

8.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de conhecimento	47	RTOrd 0000164-24.2017.5.13.0020 entrada em 03.04.2018
Análise de Execução	103	RTOrd 0130404-72.2015.5.13.0020 entrada em 12.04.2018

9 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT **122%**

Unidade Correicionada **107%**

Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –

Unidades de primeiro grau do TRT **147%**

Unidade Correicionada **130%**



Para efeito de controle da **Meta 1/2018**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **50** casos novos (por distribuição) e **61** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **130%**.

Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	101%
Unidade Correicionada	107%

Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	82%
Unidade Correicionada	71%

Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	111%
Unidade Correicionada	121%

Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	138%
Unidade Correicionada	172%



10 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a Vara do Trabalho de Itabaiana vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, construído em abril/2017, com vistas ao 2º biênio do PEI.

11 IGEST

O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**

De acordo com a nova ferramenta, a Vara do Trabalho de Itabaiana apresenta o seguinte desempenho em relação às Unidades de mesmo porte:

MESOINDICADORES POR COLOCAÇÃO							
Período de Referência: 01/01/17 até 31/12/17				Data da última atualização do relatório: 11/04/18			
TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a Dez/2016	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> Itabaiana - 01a Vara	0501 a 0750	1º	1º	2º	2º	1º	1º
13a - PB -> Mamanguape - 01a Vara	0501 a 0750	2º	2º	1º	1º	2º	2º

Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1*):

MESOINDICADORES POR RESULTADO								
Período de Referência: 01/01/17 até 31/12/17				Ordenado pelo IGEST			Data da última atualização do relatório: 11/04/18	
TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> Itabaiana - 01a Vara	0501 a 0750	0,1750	0,3000	0,6000	0,5000	0,2500	0,3650	1º
13a - PB -> Mamanguape - 01a Vara	0501 a 0750	0,7250	0,7000	0,4000	0,5000	0,7500	0,6150	2º

* Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade



12 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

- a) continuar a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do PJe, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- b) observar regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado, nas situações de sentença ilíquida;
- c) intensificar a prática de uso dos sistemas *on-line*, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);
- d) continuar com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotar o procedimento de instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A, a exemplo do processo 0000447-47.2017.5.13.0020;
- f) permanecer a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentenças.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;



- h) determinar o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- i) acompanhar a gestão de pauta, em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista;
- j) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com o arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito.

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) continue a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

**2 Recomendações específicas:**

Inconsistência	Recomendação
No relatório Hórus, constam os seguintes processos com exceção de incompetência, na pendência de julgamento: 0000200-66.2017.5.13.0020 0000761-90.2017.5.13.0020 0001614-56.2017.5.13.0002 0131613-64.2015.5.13.0024 0000558-65.2016.5.13.0020 0000558-65.2016.5.13.0020 0000729-85.2017.5.13.0020	Analisar a real situação dos processos e sanear, conforme o caso
RTOrd 0000005-18.2016.5.13.0020 Foi determinado o arquivamento em 12.04.2018, mas o processo se encontra em caixa “aguardando término do prazo”	Encaminhar o feito ao arquivo
RTOrd 0000128-79.2017.5.13.0020 Na tarefa “Aguardando audiência” quando, na verdade, aguarda a quitação do acordo homologado em juízo	Encaminhar processo ao fluxo “controle de cumprimento de acordo
RTOrd 0000639-77.2017.5.13.0020 RTOrd 0000640-62.2017.5.13.0020 Determinação em ata de audiência, pendente de cumprimento desde 10.04.2018	Observar, com rigor, e dar imediato cumprimento às determinações constantes de Ata de audiência
RTOrd 0000737-62.2017.5.13.0020 e RTOrd 0000560-98.2017.5.13.0020 Perícia agendada para 27.03.2018, e com prazo do perito vencido, respectivamente, sem providência posterior do Juízo	Dar o imediato impulsionamento aos feitos
RTSum 0130454-98.2015.5.13.0020 Processo em tarefa “Aguardando final do sobrestamento” com parte final de decisão pendente de cumprimento desde 26/03/2018	Providenciar o efetivo cumprimento da decisão
RTOrd 0130317-19.2015.5.13.0020 RTOrd 0130545-28.2014.5.13.0020 RTSum 0130059-77.2013.5.13.0020 RTOrd 0130068-68.2015.5.13.0020 Processos com prazo vencido	Impulsionar os feitos que se encontram em arquivo provisório com prazo vencido
RTOrd 0000154-77.2017.5.13.0020 RTOrd 0000421-49.2017.5.13.0020 Processos com ata de audiência com cadeado aberto (não assinadas), não obstante conste da movimentação processual cópia assinada	Providenciar a exclusão das referidas atas não assinadas
Agrupadores ainda refletem documentos já	Gerenciar os agrupadores do PJE, de forma



analisados	a mostrar a realidade da Secretaria na condução das petições, mandados e processos
RTOrd 0000612-31.2016.5.13.0020 Processo com ofício confeccionado desde 09.04, sem assinatura	Providenciar assinatura no documento e atos subsequentes
Foram identificados processos em tarefas intermediárias: imprimir atos de comunicação, assinar ato de comunicação, analisar expediente de secretaria	Controlar e dar efetividade à prática dos atos processuais, de forma a manter sem processos essas caixas de tarefas intermediárias
RTOrd 0000402-43.2017.5.13.0020 Expedido ofício à CEF desde 05.03.2018, sem resposta ou providência do Juízo	Diligenciar junto à instituição bancária para o efetivo e imediato cumprimento da ordem judicial

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017, evitando o ocorrido nos processos 0000154-77.2017.5.13.0020 e 0130120-64.2015.5.13.0020, que apresentam inconsistências quanto ao cadastro de parte reclamada e assuntos, respectivamente.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor observa que a Vara do Trabalho de Itabaiana continua a zelar pela padronização de procedimentos e prestação jurisdicional célere e eficaz, o que é facilmente aferido pelo índice alcançado na Meta 1/2017 (**107%**), na meta 1/2018 que ora já atinge índice de **130%**.

Também merece destaque o excelente tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento – TMDP1c (do ajuizamento da ação até a prolação da sentença) que, em 2017, foi de **55** dias, bem abaixo da média do Regional de 99



dias, o que demonstra o comprometimento da equipe com os indicadores do Planejamento Estratégico do Tribunal.

O Corregedor constata que a Unidade atingiu, no triênio (2015/2017), índice de conciliação, bem acima da média do Regional e, no período correccionado, um ótimo percentual de **50,51%**. A prática é elogiosa e deve ser mantida em razão do fim social que norteia a Justiça do Trabalho.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada por todos aqueles que integram a Vara do Trabalho de Itabaiana e que tanto buscam acelerar a prestação jurisdicional.

14 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador Corregedor visitou a Vara do Trabalho de Itabaiana, oportunidade em que se reuniu com o Diretor de Secretaria e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

15 AGRADECIMENTOS

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Diretor de Secretaria, Francisco de Assis Queiroz, aos servidores, Aguinaldo Rodrigues dos Santos, Jane Amaral Albuquerque Guedes, José Gilvani Viana Neves, Manoel Adilson Fernandes Coutinho e Maricelma Apolinária da Silva, pelo tratamento cordial durante os trabalhos de correição.

16 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.



A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 25 de abril de 2018.

WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:10314777
0

Assinado de forma digital por WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Cert-JUS Institucional -
A3, ou=Autoridade Certificadora da Justica - ACJUS
v4, ou=TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13A
REGIAO-TRT13, ou=MAGISTRADO, cn=WOLNEY DE
MACEDO CORDEIRO:103147770
Dados: 2018.04.25 15:16:35 -03'00'

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Desembargador Corregedor